

Verbetes Metodológico

Prosopografia

Mateus Albuquerque¹ 

¹Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Juiz de Fora, MG, Brasil.

E-mail: mateusmartinsdealbuquerque@gmail.com

DOI: [10.17666/ebcs.2026.048](https://doi.org/10.17666/ebcs.2026.048)

PREÂMBULO

A prosopografia é um método de construção de biografias coletivas: reúne, de forma padronizada, informações biográficas (origem social, formação, carreira, vínculos) sobre os membros de um grupo definido por alguma característica comum, a fim de identificar padrões, homogeneidades e trajetórias que a biografia individual não revela. Trata-se, essencialmente, de um procedimento de coleta e estruturação de dados sobre relações objetivas, e não de um método de inferência causal, o que exige sua combinação com técnicas de análise. Historicamente, foi desenvolvido para responder a perguntas sobre a composição, as origens, os padrões de formação e as continuidades de grupos sociais, o que o tornou quase inseparável dos estudos sobre elites. O verbete trata da origem do termo e de sua passagem da história às ciências sociais, inclusive no Brasil; dos procedimentos de construção de uma prosopografia; de suas vantagens e limitações; de três aplicações clássicas; e das tradições de uso do método e de seus desenvolvimentos no campo das humanidades digitais.

SUMÁRIO

1. Histórico e fundamentos epistemológicos
2. Procedimentos principais
3. Vantagens, limites de validade e críticas conhecidas
4. Exemplos de aplicação em ciências sociais
5. Debates contemporâneos e variações
6. Referências bibliográficas

Aprovado em: 28/09/2026

Editor(a) responsável: Adriano Codato



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS). ANPOCS, 048 - 2026

1. Histórico e fundamentos epistemológicos

O termo prosopografia tem forte caráter polissêmico. Vem do grego *prosopon* (rostos, pessoa) e *graphia* (escrita, descrição), e a ambiguidade do primeiro termo é reveladora: as prosopografias do mundo antigo eram, muitas vezes, descrições das características físicas de um povo, uma espécie de mapa étnico-facial (Lalouette, 2006). André Thevet, explorador francês que esteve na França Antártica, no atual Rio de Janeiro, tratava a prosopografia como parte da cosmografia: descrevem-se os terrenos (topografia), os mares (oceanografia) e as pessoas (prosopografia). O interesse de Euclides da Cunha pela aparência dos sertanejos em “Os sertões”, de 1902, guarda parentesco com esse uso. Ainda hoje, nas ciências forenses, prosopografia designa a descrição física de suspeitos.

A prosopografia começa a deslocar-se da descrição física para a história social em 1537, com a publicação do “*Prosopographarum*”, de Justin Gobler, que narra a vida de personagens notáveis como Sócrates e Xenofonte. A mesma abordagem aparece em 1581, em “*Les vrais portraits des hommes illustres*”, de Théodore de Bèze (Lalouette, 2006).

Entre o fim do século XIX e o século XX, a prosopografia retornou à agenda da história como método científico. Segundo Charle (2006), sua ascensão tem caráter de réplica e o adversário é o marxismo: em lugar da classe como sujeito, a prosopografia resgata o indivíduo como unidade de observação. Seu mérito seria renovar as respostas às grandes questões da história social sem ficar preso às estruturas pré-construídas das fontes seriais e quantificáveis. Há também no método um ceticismo tipicamente moderno quanto à transformação social, expresso na demonstração das continuidades e das homogeneidades entre os que dirigem.

Daí a associação quase indissociável entre prosopografia e estudos sobre elites. O mesmo espírito do tempo que consolida o retorno da prosopografia à história dá origem à teoria das elites, com a percepção de que a ascensão do liberalismo, do livre mercado e da democracia representativa produziu uma igualdade formal, mas não substantiva, ou seja, o mundo continuaria governado por poucos e esses poucos seriam parecidos entre si, conclusão a que, paradoxalmente, o marxismo também havia chegado. Stone (1971/2011) acrescenta razões práticas para essa associação: as elites deixam mais registros e formam grupos mais fáceis de delimitar.

O uso do método difere entre historiadores e cientistas sociais (Heinz & Codato, 2015). Historiadores tendem a afirmar a partir do que encontram nas fontes, com ancoragem menos definida em teorias sociais; cientistas sociais oscilam entre a abstração teórica e a empiria historiográfica. Além disso, enquanto a prosopografia funda um tipo específico de historiografia, para os cientistas sociais ela é uma continuidade da sociografia, aplicada a problemas diacrônicos. Pela associação com o estudo das elites, o método relacionou-se intensamente com a sociologia política, definida por Giovanni Sartori em “*From the Sociology of Politics to Political Sociology*”, de 1969, como um híbrido interdisciplinar que conjuga variáveis institucionais e características sociológicas dos agentes.

No Brasil, trabalhos de sociologia política das elites usaram procedimentos prosopográficos antes que o termo se difundisse, como o de Carvalho (1980/2003), discutido na seção 4, o de Maria Rita Loureiro sobre os economistas no Executivo federal, em

“Economistas e elites dirigentes no Brasil”, de 1992, e o de Sergio Miceli sobre as elites intelectuais, em “Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)”, de 1979. O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) desde 1984 e hoje disponível on-line com mais de 7.000 verbetes, é outro exemplo dessa relação.

A difusão do método nas ciências sociais brasileiras no século XXI deve muito ao contato de pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) com o historiador Flávio Heinz. O grupo já tinha interesse prévio pelas elites, gestado, curiosamente, no contato com o marxismo estrutural na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A tese de Renato Perissinotto, “Estado e capital: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930)”, de 1997, e a dissertação de Sérgio Soares Braga, “Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946”, de 1996, ambas orientadas por Décio Saes, contêm fichas prosopográficas ainda não identificadas com esse nome. O contato com Heinz deu nome e forma a um método já praticado. Em duas dissertações de mestrado orientadas por Perissinotto e defendidas em 2006, “Imprensa e política no Paraná”, de Corrêa, e “Elites políticas em três perspectivas”, de Rodrigues, o termo aparece provavelmente pela primeira vez na ciência política brasileira.

O marco dessa relação é o dossiê sobre elites políticas publicado na Revista de Sociologia e Política em junho de 2008, com apresentação de Perissinotto e Codato (2008), que expõe os marcos dessa agenda. A tese de Adriano Codato, “Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo”, de 2008, já nomeia o método. Com Paulo Roberto Neves Costa, especialista em elites empresariais, a prosopografia tornou-se o método principal da linha de elites do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. Três obras consolidam essa tradição: “Marxismo como ciência social”, de Codato e Perissinotto, de 2011, que incorpora a prosopografia como etapa da conexão entre poder político e econômico; “Como estudar elites”, organizado por Perissinotto e Codato em 2015, que sistematiza seu uso para cientistas sociais; e “*Élites en las Américas: diferentes perspectivas*”, organizado por Codato e Espinoza em 2018, que evidencia seu potencial comparativo. O Observatório de Elites Políticas e Sociais, com sede na UFPR e na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), dá continuidade a essa tradição ao disponibilizar bancos de dados abertos sobre as elites brasileiras.

2. Procedimentos principais

A execução da prosopografia pode ser descrita de modo minimalista, como o preenchimento de uma tabela com informações biográficas dos indivíduos que compõem um grupo, mas envolve decisões que condicionam o que o estudo poderá concluir. A primeira é a definição do grupo: não se prosopografa um indivíduo, e sim um conjunto com características comuns, cuja delimitação deve ser justificada pelo objeto. No caso das elites, há três abordagens clássicas (Codato, 2015): a identificação dos sujeitos pela ocupação de posições institucionais, pela capacidade de influenciar decisões ou pelo reconhecimento de seus pares como os mais destacados daquele universo.

Definido o grupo, definem-se as variáveis. A unidade de um banco prosopográfico é sempre o indivíduo. Em uma planilha, cada linha corresponde a uma pessoa e cada coluna a uma variável, escolhida em função do problema de pesquisa. O preenchimento deve ser o mais padronizado possível. Se, em uma variável de gênero, um homem cisgênero for registrado como “h/c” e outro como “homem-cis”, a agregação exigirá conversões que poderiam ter sido evitadas na coleta. Por isso, toda coleta prosopográfica deve contar com um livro de códigos redigido antes da coleta, que padronize as categorias e permita a outros pesquisadores compreender e reproduzir as decisões tomadas.

As fontes são o terceiro elemento. Historiadores lidam com elas de maneira mais rigorosa que cientistas sociais e, por vezes, a própria decisão de consultar ou não determinada fonte é a questão de pesquisa. Nas ciências sociais, a exigência central é a transparência sobre o que foi consultado, para que os leitores possam avaliar a validade das informações. Em prosopografia, fontes são muito mais do que referências bibliográficas, pois incluem documentos oficiais, artigos de jornal, programas de rádio, *podcasts* e postagens em redes sociais. Recomenda-se publicar, com o banco e o livro de códigos, um arquivo de fontes brutas que reúna os registros que informaram cada variável, com capturas de tela dos materiais disponíveis apenas em ambiente digital e sujeitos a alteração. A transparência plena nunca é alcançada, mas deve ser perseguida.

O trato com as fontes é a parte mais exigente do método e requer uma disposição investigativa mais comum entre historiadores e jornalistas do que entre cientistas sociais. Diferentemente da análise de conteúdo, em que a classificação feita pelo codificador envolve julgamento e exige mecanismos de controle, o prosopógrafo busca informações que existem objetivamente, isto é, se o indivíduo estudou em determinada universidade, qual o campo de sua tese, a que partido estava filiado em certo ano. Seu trabalho consiste em rastrear as pistas que levam a essas informações.

Entrevistas em profundidade com membros das elites, como as discutidas por Joel Aberbach e Bert Rockman em “*Conducting and Coding Elite Interviews*”, de 2002, são uma forma de suprir lacunas, mas esbarram no problema do acesso. Ou seja, quanto maior o prestígio de um indivíduo, mais informação pública existe sobre ele e menor é o acesso direto a ele. Nisso reside uma das justificativas da prosopografia. O uso de entrevistas configura uma abordagem mista, válida, mas distinta da prosopografia propriamente dita, que classifica os sujeitos não pelo que dizem, mas por suas relações objetivas.

Além do banco, do livro de códigos e do arquivo de fontes, um produto comum da prosopografia são as fichas prosopográficas, que transpõem as variáveis do banco para um texto narrativo padronizado entre os indivíduos (Heinz & Codato, 2015). O modelo, próximo da lógica enciclopédica, aparece no “*Who’s Who*”, publicado no Reino Unido desde 1849 e no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro.

3. Vantagens, limites de validade e críticas conhecidas

A prosopografia permite estudar grupos cujos membros raramente se deixam entrevistar, a partir de informações públicas; produz dados padronizados e comparáveis entre grupos,

períodos e países; e, quando o banco, o livro de códigos e as fontes são publicados, gera bases reutilizáveis por outras pesquisas. Sua principal virtude analítica é revelar padrões coletivos de origem, formação e carreira, isto é, as homogeneidades e as clivagens de um grupo.

O problema das fontes, tanto de sua validade e confiabilidade quanto do esforço necessário para persegui-las, é um dos que Stone (1971/2011) aponta como desafio à prosopografia. Muitos dos problemas que ele identifica dizem respeito à aplicação do método na história. Dentre eles, três interessam mais diretamente aos cientistas sociais. O primeiro é a incompletude dos dados: cabe ao pesquisador definir que proporção de lacunas o banco suporta sem prejuízo analítico. O segundo é a agregação: ao combinar variáveis para definir categorias sociais, corre-se o risco de perder subdivisões relevantes, assim como a simultaneidade dos papéis sociais ocupados pelos indivíduos impede a construção de categorias de validade universal. Por isso, o poder de generalização da prosopografia, método aplicado a grupos definidos, é modesto.

O terceiro problema é próprio da agenda das elites: tomar as elites como representantes da população, ignorando as assimetrias entre os de cima e os de baixo, ou tratar os desprovidos de prestígio como meras peças da engrenagem social, sem agência. Se os teóricos clássicos do elitismo, como Gaetano Mosca em *“Elementi di scienza politica”*, de 1896, Vilfredo Pareto em *“Trattato di sociologia generale”*, de 1916, e Robert Michels em *“Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie”*, de 1911, se orientaram para a constituição das elites como fim último da socialização, Mills (1956/1962), Domhoff (1967/2022), Ralph Miliband em *“The State in Capitalist Society”*, de 1969, e John Scott em *“Who Rules Britain?”*, de 1991, fizeram do elitismo uma abordagem metodológica, e não uma conclusão teleológica. A sociologia política se completa com boas prosopografias das elites e boas análises empíricas de movimentos sociais e sindicatos; não há oposição necessária entre as duas agendas.

Stone também aponta que as prosopografias se concentram nas relações objetivas dos indivíduos e deixam de lado o papel das ideias. A objeção remete à oposição entre objetividade e subjetividade discutida na seção 2: os elementos coletados são objetivos, e não há resposta subjetiva à pergunta sobre se um deputado já foi filiado a determinado partido. Com base na discussão de Terry Eagleton sobre a natureza das ideologias, em *“Ideology: An Introduction”*, de 1991, é possível sustentar que, tendo base material, as ideologias podem ser rastreadas por vínculos objetivos, isto é, por conjuntos de práticas e filiações. O estudo de Bernardo Subercaseaux sobre o liberal chileno José Victorino Lastarria, *“Prosopografía, biografía psicosocial e historia intelectual”*, de 2015, e o de Gabriel Vommaro sobre as transformações ideológicas de políticos argentinos, *“Las élites políticas en la Argentina democrática y el problema de la representación”*, de 2018, exemplificam essa possibilidade.

Por fim, a prosopografia é um método de coleta, não de análise. Seu produto é um banco de dados e, eventualmente, um conjunto de fichas; com isso não se faz inferência causal. Para tanto, é necessário combiná-la com outras abordagens, como a análise qualitativa comparativa (QCA), o *process tracing*, a análise de redes sociais e a estatística inferencial.

4. Exemplos de aplicação em ciências sociais

Em “*An Economic Interpretation of the Constitution of the United States*”, Beard (1913/2004) perguntou se as posições dos constituintes norte-americanos de 1787 estavam associadas a seus interesses materiais. A decisão metodológica central foi reconstituir, a partir de registros do Tesouro e de outras fontes documentais, a composição do patrimônio de cada um dos 55 delegados da Convenção de Filadélfia, distinguindo a propriedade imobiliária (*realty*) da propriedade mobiliária (*personalty*), como títulos da dívida pública, dinheiro, manufaturas e comércio. O autor concluiu que a maioria dos delegados detinha interesses mobiliários que seriam beneficiados pelo novo arranjo constitucional e que a Constituição foi, em larga medida, um documento econômico. Embora não use o termo, o estudo é uma prosopografia; as revisões posteriores de seus dados, que contestaram parte dessas conclusões, mostram também a dependência do método em relação à qualidade das fontes.

Em “*The Power Elite*”, Mills (1956/1962) investigou quem detinha o poder nos Estados Unidos do pós-guerra. A decisão metodológica foi identificar a elite pela ocupação das posições de comando das três grandes hierarquias institucionais (as grandes corporações, as Forças Armadas e o diretório político do Executivo federal) e reunir dados sobre a origem social, a formação escolar e universitária e as carreiras de seus ocupantes. O principal achado foi a coincidência de origens, a formação comum em escolas de elite e a circulação de pessoal entre os três domínios, que configurariam uma elite do poder relativamente unificada.

Em “*A construção da ordem*”, Carvalho (1980/2003) perguntou por que o Brasil, ao contrário da América hispânica, manteve a unidade territorial e construiu uma ordem política centralizada após a independência. A decisão metodológica foi reconstituir o perfil coletivo da elite política imperial (ministros, conselheiros de Estado, senadores e deputados), com atenção à formação, à ocupação e às carreiras. O achado central é que a homogeneidade ideológica e de treinamento dessa elite, formada majoritariamente em direito em Coimbra e depois nas faculdades nacionais e socializada na magistratura e na burocracia estatal, explica sua capacidade de construir e manter a ordem imperial.

5. Debates contemporâneos e variações

Nas ciências sociais, é possível distinguir duas tradições de uso da prosopografia. A primeira deriva da sociologia de Pierre Bourdieu, crítico da teoria das elites (Perissinotto & Codato, 2008), em obras como “*La distinction*”, de 1979, e “*La représentation politique: éléments pour une théorie du champ politique*”, de 1981. Seu foco são os mecanismos que geram distinção em diferentes campos sociais e o modo como as propriedades de cada campo orientam lógicas próprias de recrutamento. Daniel Gaxie, em “*As lógicas do recrutamento político*”, de 2012, mostra como as diferentes famílias partidárias francesas constituem espaços de captação de agentes com recursos distintos: o prestígio exigido para figurar na lista do Partido Socialista não é o mesmo exigido pelos partidos gaullistas. Essa tradição analisou elites estatais, como em “*Do Central Bankers’ Biographies Matter?*” de 2016, de Frédéric Lebaron e Aykiz Dogan; ministros, como em “*The Representativeness of French Cabinet Members in the Fifth Republic: A Smokescreen?*”, de Valentin Behr e Sébastien Michon, de 2013; e parlamentares, como em “*The Changing Paths of Access to the European Parliament*

for French MEPs (1979-2014)”, de Willy Beauvallet e Sébastien Michon, de 2016. Broady (2002) resume essa prosopografia francesa em três etapas: definição do campo, identificação dos elementos que constituem capital simbólico nesse campo e busca empírica sistemática desses elementos. Offerlé (1984) é talvez sua expressão mais acabada, pois o autor mapeia os mecanismos de distinção mobilizados por políticos de origem operária para sustentar carreiras parlamentares em um ambiente dominado por trajetórias senhoriais ou burguesas.

A segunda tradição, a da sociologia política anglo-saxã, preocupa-se mais com as homogeneidades que conduziriam à formação de uma elite dominante estável, em discussão com as hipóteses pluralistas. Seus trabalhos mais marcantes são os de Mills (1956/1962) e de Domhoff (1967/2022), que, em diálogo crítico com Mills, sustenta que o capital corporativo exerce controle sobre os principais ramos do Estado. Clyde Barrow, em “*Ralph Miliband and the Instrumentalist Theory of the State*”, de 2008, mostra que essa tradição se aproximou progressivamente do marxismo, acompanhando a mudança do próprio Mills, que em “*The Marxists*”, de 1962, reconhece a validade de um “marxismo simples”, capaz de organizar o pensamento de Marx em torno de problemas de pesquisa testáveis. Desse terreno surgem os trabalhos de Miliband e Scott, que examinam como os determinantes estruturais do capitalismo dão à burguesia acesso privilegiado ao Estado.

Uma frente mais recente aproxima a prosopografia das humanidades digitais. Bradley e Short (2005) descrevem prosopografias de “novo estilo”, nas quais o banco de dados relacional deixa de ser ferramenta intermediária e se torna o próprio produto da pesquisa. Nesse modelo, a tecnologia não tenta reproduzir o texto das fontes, mas modelar a forma como o prosopógrafo as interpreta, por meio do conceito de “factoide”, que registra cada afirmação que uma fonte faz sobre um indivíduo e permite a coexistência de informações contraditórias. John Bradley, em “*Building a Digital Prosopography: Towards a Scholarly/Technical Partnership*”, de 2024, sustenta que essas iniciativas dependem de parceria contínua entre especialistas técnicos e pesquisadores, capazes de interpretar criticamente os limites dos novos meios.

As fichas prosopográficas também podem ser tratadas como técnicas de análise textual computadorizada. Reeves e Friedman (2024) usaram os verbetes do “*Who’s Who*” para analisar as transformações das elites britânicas, procedimento que poderia ser aplicado ao Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. A disponibilidade de bases públicas amplia ainda a escala da coleta. O Portal da Classe Política, do INCT Representação e Legitimidade Democrática, coordenado por Nilton Sainz, sistematiza dados do Tribunal Superior Eleitoral sobre o perfil dos candidatos e o banco “*Elites 2025: The Class of the Brazilian Political Class*”, de Albuquerque et al. (2026), agrega variáveis de propriedade empresarial e fundiária obtidas nas bases da Receita Federal e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária aos dados dos políticos. Os recursos digitais não alteram, contudo, o núcleo do ofício do prosopógrafo: a utilização da criatividade e do espírito investigativo para consolidar dados que estão dispersos aos olhos públicos. Uma tarefa que sempre será humana.

6. Referências bibliográficas

Textos fundadores e genealogia

- Charle, Christophe. (2006). A prosopografia ou biografia coletiva: Balanço e perspectivas. In Flávio Madureira Heinz (Eds.), *Por outra história das elites* (pp. 41–53). Editora FGV.
- Lalouette, Jacqueline. (2006). Do exemplo à série: História da prosopografia. In Flávio Madureira Heinz (Eds.), *Por outra história das elites* (pp. 55–74). Editora FGV.
- Stone, Lawrence. (2011). Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, 19(39), 115–137. (Obra original publicada em 1971). <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>.

Manuais e guias de referência

- Broady, Donald. (2002). French prosopography: Definition and suggested readings. *Poetics*, 30(5–6), 381–385. [https://doi.org/10.1016/S0304-422X\(02\)00031-1](https://doi.org/10.1016/S0304-422X(02)00031-1).
- Codato, Adriano. (2015). Metodologias para a identificação de elites: Três exemplos clássicos. In Renato Perissinotto & Adriano Codato (Eds.), *Como estudar elites* (pp. 15–30). Editora UFPR.
- Heinz, Flávio Madureira, & Codato, Adriano. (2015). A prosopografia explicada para cientistas políticos. In Renato Perissinotto & Adriano Codato (Eds.), *Como estudar elites* (pp. 249–275). Editora UFPR.

Crítica e debates metodológicos

- Bradley, John, & Short, Harold. (2005). Texts into databases: The evolving field of new-style prosopography. *Literary and Linguistic Computing*, 20(Suppl.), 3–24. <https://doi.org/10.1093/lilc/fqi022>.
- Perissinotto, Renato, & Codato, Adriano. (2008). Apresentação: Por um retorno à sociologia das elites. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), 7–15. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100002>.

Aplicações empíricas

- Albuquerque, Mateus C. M. de, Bergamaschi, Pedro L., Campos, Marta Pontes de, Capingãla, Eugénio Sachicomba Paulo, Caldeira, Fernanda Maria, Figueiredo, Mariana J., Ferreira, Marília Gabriela da S., Portela, Paula de Oliveira, Beff, Pedro C. A., Souza, Raquel M. P. de, Borges, Tiago, Maciel, Vagner Cesar C., Neduziak, V. P., Pantoja, Willane, Paz, F. S., Oliveira, Seani M. D. de, Pizzeghello, Vittorio D., Pereira, Mayara L. M., Nantes, Yasmim K. S., . . . Rabelo, Yago Daltiba. (2026). *Elites 2025: The class of the Brazilian political class* (Version 1) [Conjunto de dados]. Harvard Dataverse. <https://doi.org/10.7910/DVN/75VNAR>.
- Beard, Charles Austin. (2004). *An economic interpretation of the Constitution of the United States*. Dover. (Obra original publicada em 1913).
- Carvalho, José Murilo de. (2003). *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1980).
- Domhoff, George William. (2022). *Who rules America? The corporate rich, white nationalist Republicans, and inclusionary Democrats in the 2020s* (8ª ed.). Routledge. (Obra original publicada em 1967). <https://doi.org/10.4324/9781003231400>.
- Mills, Charles Wright. (1962). *A elite do poder*. Zahar. (Obra original publicada em 1956).
- Offerlé, Michel. (1984). Illégitimité et légitimation du personnel politique ouvrier en France avant 1914. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 39(4), 681–716. <https://doi.org/10.3406/ahess.1984.283087>.
- Reeves, Aaron, & Friedman, Sam. (2024). *Born to rule: The making and remaking of the British elite*. Harvard University Press. <https://doi.org/10.4159/9780674297708>.

VER TAMBÉM:

[Análise de Correspondência](#) | [Análise de redes sociais](#) | [Causalidade](#) | [Elites políticas](#) | [Entrevista com elites](#) | [Pesquisa em arquivos](#) | [Teoria das elites](#)

COMO CITAR ESTE VERBETE:

Albuquerque, Mateus de. (2026). Prosopografia. In *Enciclopédia Brasileira de Ciências Sociais (EBCS)*. ANPOCS. 10.17666/ebcs.2026.048.